



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

INFORMAÇÃO: UMA QUESTÃO ESTRATÉGICA

Proposição dos Diretores de CPD/NTI aos Reitores das Instituições Federais de Ensino Superior, apresentada no Encontro de Reitores ANDIFES – 17, 18 e 19/04/2002 – Foz do Iguaçu, PR

Abril/2002

SUMÁRIO

- Contextualização e Justificativa
- Breve Histórico da Fragmentação da Informação das IFES
- Proposta dos Diretores das áreas Institucionais responsáveis pela infraestrutura de comunicação e tratamento de dados, voz e imagem: CPD, NPD ou NTI

Contextualização e Justificativa

Desenvolvimento Institucional: contexto de gestão

O Ministério da Educação e as suas agências são os principais formuladores, gestores e financiadores das políticas públicas relativas ao ensino superior, nos níveis de graduação e de pós-graduação, em suas várias formas e vertentes. Dos programas de fomento e processos de avaliação do MEC e de suas agências, continuará a depender a efetivação de um amplo conjunto de ações estratégicas para o País, nas áreas da educação e da formação de quadros qualificados, tanto de execução imediata quanto de maturação a médio ou longo prazos.

Por diversas razões, os executores privilegiados dessas ações estratégicas são as Instituições Federais de Ensino Superior. Para estas, no contexto da mencionada redefinição de papéis, cabe também a tarefa de se reformarem, estrutural e funcionalmente. Pois, dada a sua condição atual, só assim as IFES estarão aptas a realizar as suas finalidades institucionais, no ensino, na pesquisa e nas atividades de disseminação e de aplicação do conhecimento que geram e dominam; e, ao mesmo tempo, aptas a apresentar um desempenho que atenda às necessidades do País, e aos objetivos mais gerais das políticas que devam implementar.

Uma das vertentes mais importantes e decisivas da reformulação estrutural, funcional e administrativa das IFES é a que elas passam a atuar com maiores espaços de autonomia gerencial, em suas diversas dimensões. Essa autonomia impõe, como contrapartida, um conjunto de deveres relacionados aos aspectos qualitativo e quantitativo do seu desempenho. Por outro lado, também o modelo do financiamento estatal é reconfigurado: o desempenho passa a ser fator preponderante na determinação da cota de cada IFES em relação ao total dos recursos a serem alocados pelo MEC ao seu conjunto. No contexto delineado, a

realização de altos padrões qualitativos e quantitativos de desempenho passa, então, a ser o objetivo síntese das políticas e das ações institucionais das IFES.

Para as IFES com suas complexidades orgânicas e abrangência de atuação, a consecução desse objetivo síntese deve ser planejada, com expectativas e operacionalização gerenciáveis e avaliadas a partir de metas institucionalmente definidas. No entanto, dada a condição atual, a viabilidade da adoção de um modelo de organização assim parametrizado requer extensas e profundas ações preparatórias, podemos destacar a construção de instrumentos de apoio à decisão, ao gerenciamento a ao planejamento estratégico, assim como de acompanhamento e avaliação, de apoio operacional e de divulgação.

Do ponto de vista da infra-estrutura administrativa – pessoal, orçamento e finanças, serviços gerais, além da racionalização estrutural e otimização funcional de qualquer forma necessária, ainda estão por ser definidas as reformas que passarão a ser possíveis ou requeridas após o estabelecimento do novo marco legal da autonomia de gestão das IFES.

Finalmente, dentro de uma lógica organizacional que se orienta para a obtenção de níveis ambiciosos de desempenho qualitativo e quantitativo, é imprescindível dispor-se de instrumentos de apoio à decisão, no qual encontramos o ponto nevrálgico, desse movimento de reorganização institucional.

Por engendrarem mecanismos de gestão cuja dinâmica impõe grande número e frequência de decisões de grande impacto, se as reformas em questão não forem acompanhadas da implantação desses instrumentos de apoio, elas serão por si insuficientes para assegurar a consecução do objetivo síntese da Universidade.

Justamente aqui reside a base do presente pleito. As IFES não dispõem desses instrumentos ágeis, confiáveis, precisos, abrangentes, integrados e não redundantes de coleta, registro e tratamento de dados e informações que as tornem aptas sequer a ter uma visão global e acurada de si próprias. De fato, as Universidades dispõem de sistemas setoriais de informação, que

desempenharam, até agora a contento, tarefas específicas (por exemplo: sistema de registro acadêmico, sistema de pessoal). No entanto, a desatualização, a falta de interligação, as limitações conceituais e as de natureza tecnológica impedem que tais sistemas sejam os instrumentos de apoio crescentemente requeridos pelas várias instâncias decisórias internas e externas às IFES.

Desta forma, pelo menos no âmbito da gestão e do planejamento das suas atividades dinâmicas, entendemos que as IFES precisam desenvolver e implantar esses novos instrumentos de processamento e tratamento da informação – rápidos e abrangentes. Esses deverão apoiar, entre outras ações, o acompanhamento, planejamento e a avaliação do ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido o principal objetivo dessa proposta é constatar, através de alguns dados de amplo conhecimento dos Reitores, que a maioria das informações geradas numa Instituição de Ensino Superior é base para infra-estrutura do ensino e da pesquisa. Uma vez que as informações geradas nas diversas instâncias universitárias, quer na produção científica dos docentes, quer no gerenciamento e controle das atividades discentes, definem os conceitos dos cursos de pós-graduação, o número de bolsas CAPES, e entre outras a cota de cada IFES dentro do orçamento disponibilizado pelo MEC.

Breve Histórico da Fragmentação da Informação nas IFES

O modelo de computação centralizada adotado pela maioria das Universidades Públicas Brasileiras teve início nos anos 70, com aquisições por diversas modalidades de equipamentos de grande porte (*mainframes*).

Nesse contexto, os CPD detinham naquela época e por muitos anos, o conhecimento na área computacional, em que *softwares* e *hardwares* eram controlados, desenvolvidos e distribuídos por eles.

O uso de cada recurso ou sistema de informação era provido por esta estrutura central, bem organizada, que controlava acessos e as permissões de uso.

As diretrizes tecnológicas eram determinadas pelos grandes fabricantes e fornecedores de *hardware* e *software* do mercado mundial que, para cada modelo de máquina era exigido um ambiente operacional diferente.

Apesar de um ambiente estável e controlado, a manutenção dessa estrutura era bastante dispendiosa. Em meados da década de 80, com a miniaturização de componentes, os CPD precisaram adaptar-se ao uso de estações de trabalho gráfica e microcomputadores.

Com o surgimento dos cursos específicos na área de informática e a formação de profissionais capacitados nas novas tecnologias de desenvolvimento, surgiu a necessidade de qualificação dos recursos humanos.

Na década de 90, os usuários de computadores passaram a ter acesso a computadores pessoais e estações de trabalho de alta performance e começaram a demandar serviços de rede e de comunicação de dados, com trabalho cooperativo entre grupos de pesquisa inter-institucionais.

Se, por um lado os CPD estavam com suas estruturas organizadas para atendimento de um modelo centralizado, por outro, uma demanda por pequenos sistemas localizados impeliu os setores a buscar a solução de suas necessidades através de desenvolvimento de rotinas utilizando as emergentes ferramentas.

Com a falta de estrutura para atendimento às novas demandas, com a imperativa necessidade de manutenção dos sistemas em produção no *mainframe*, algumas intervenções esporádicas de desenvolvimento de aplicações nas novas ferramentas eram possíveis de serem desenvolvidas pelo CPD, embora numa produtividade insuficiente para o atendimento das demandas dos usuários.

A situação atual no plano tecnológico apresenta uma forte tendência a centralização de sistemas. No ambiente computacional torna-se necessário dar aos CPDs um novo padrão de comportamento que o torne um provedor privilegiado de serviços capaz de atender às novas demandas e contando com qualificações específicas.

Os CPDs não se encontram preparados para atender este novo paradigma.

Ajuste às demandas do MEC / Política de Informação

Com a mudança de paradigma no modelo de administração pública, as instituições federais de ensino superior passaram do modelo EXECUTORAS para o modelo GESTORAS, sendo determinado pelo Ministério da Educação, apresentarem periodicamente seus respectivos Planos de Desenvolvimento Institucional.

Portanto, a informação institucional é a base para o planejamento, avaliação dos e tomada de decisão nas IFES.

A diversidade e a complexidade das demandas externas como os indicadores de avaliação dos cursos de pós-graduação; a matriz de financiamento das IFES

(OCC); a distribuição de bolsas CAPES, a coleta de dados do INEP, entre muitas outras, cresce a importância das informações institucionais.

A qualidade e a abrangência destas informações determinam a captação de recursos pelas IFES.

Considerações

O modelo de distribuição de recursos do MEC vem contribuir no processo de autonomia das IFES reforçando o caráter estratégico do Sistema de Informação. Na universidade este mesmo Sistema de Informação é a base quantitativa para elaboração do Plano Institucional.

Além dos esforços para o efetivo desempenho da missão dos CPD, que se prioriza ações globais, interinstitucionais para adequação estrutural, administrativa e tecnologia dos CPD das IFES.

Como uma ação global, os diretores de CPD vêm discutindo a elaboração de um projeto que, de forma semelhante a avaliação dos cursos de graduação, procura a aferição de qualidade dos serviços prestados pelo CPD a sua comunidade.

Como consequência imediata deste projeto, surgiu a necessidade de elaboração de plano plurianual de desenvolvimento da tecnologia da informação (PDTI).

Face ao exposto propomos:

- Que a ANDIFES seja o interlocutor junto ao MEC na criação de programas que contemplem o desenvolvimento e manutenção dos Sistemas de Informação (como exemplo o programa “Melhoria nas condições de oferta do ensino de graduação”).
- Que a ANDIFES em conjunto com o MEC/SESu busquem financiamento junto ao MCT, através da inclusão do Sistema de Informação como infra-estrutura de pesquisa.

Fontes de Consulta

1. João Gilberto Rizzo Araújo. Dissertação de Mestrado em Administração - UFBA
2. Encontro de Diretores de NTI das IFES (Brasília, Ouro Preto, Niterói)
3. MEC/SESu/Coordenadoria de Informação
4. UFF/PROPP – Coordenação de Pós-Graduação .